



APRESENTAÇÃO

INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, DIREITOS E DIVERSIDADE SEXUAL: UMA APRESENTAÇÃO

Marcelo Tavares Natividade*
Carlos Lacerda Coelho Júnior**

Em outubro de 2020, um posicionamento do Papa Francisco chamou atenção da opinião pública: “As pessoas homossexuais têm direito de estar em uma família. Elas são filhas de Deus e têm direito a uma família. Ninguém deve ser impedido ou tornado infeliz por isso. O que precisamos criar é uma lei sobre as uniões civis.”. Com essa fala, registrada pelo cineasta italiano, Evgeny Afineevsky, em filme exibido no Festival de Roma, ele deu explícito apoio à união homoafetiva e aos direitos LGBTI+. Será que a notícia pode ser interpretada como um avanço, fissura nas estruturas ideológicas do cristianismo, diante de séculos de posturas institucionais francamente hostis e LGBTIfóbicas? Que mudanças estariam em curso no tradicionalismo cristão e suas percepções da diversidade sexual decorridas duas décadas do século XXI?

No Brasil, igrejas cristãs são, em grande parte, reprodutoras de discursos heteronormativos, sustentados pela incisiva interdição da homossexualidade, da bissexualidade e da diversidade de gênero nas práticas rituais e no universo sagrado e também manifesta na obstrução dos direitos LGBTI+ (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais,

* Jornalista, doutor em Antropologia, NEPP-DH-UFRJ, UFC, integrante da Comissão de Laicidade e Democracia da Associação Brasileira de Antropologia. E-mail: natividademarcelo@gmail.com

** Doutor em Sociologia, UNINASSAU, UFAL, membro-pesquisador do Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas (NEVIAL/ICS/UFAL). E-mail: carloslacerdacoeelho@gmail.com



peças intersexuais e outras dissidências sexuais) pelas bancadas religiosas, em uma atuação continuada e persistente por quase três décadas no país. A presunção da universalidade da heterossexualidade, sob a máxima da criação de uma humanidade inteiramente “heterossexual”, ainda é o pensamento hegemônico. Contudo, ventos de mudança se observam no cenário nacional e global com o surgimento de igrejas específicas LGBTI+ ou igrejas inclusivas, como elas ficaram conhecidas; com debates sobre a criação de núcleos da diversidade dentro das congregações e sobre a ordenação de pessoas não heterossexuais em grandes denominações brasileiras, como é o caso da Igreja Anglicana brasileira, que hoje conta com célula LGBTI+ em congregação paulistana. Também caminham nesse sentido, dinâmicas de criação de iniciativas e associações comunitárias laicas inclusivas no catolicismo, dentre outras evidências do que as Ciências Sociais da Religião chamam de “as religiões em movimento”, com cada vez mais implicações do pluralismo religioso na sociedade brasileira. Também cresceu na última década a tomada de posições de abertura para a diversidade sexual e de gênero em grandes denominações evangélicas nacionais, apesar de ainda consistir em ato muitas vezes isolado das associações evangélicas num sentido mais amplo.

É justamente sobre esse conjunto de problemas que esse dossiê se voltou, depois da publicação de um dossiê específico nos anos 2000, pela Revista Mandrágora. Hoje a revista propõe um novo balanço, reunindo textos e reflexões sobre as respostas das instituições religiosas à visibilidade das relações homoafetivas e das lutas dos coletivos LGBTI+. A ideia de atualizar os debates e indicar quais foram os desenvolvimentos histórico-culturais duas décadas depois, decorreu da parceria dos organizadores e organizadoras e de seus lugares de fala institucionais, no âmbito como centros de referência na produção de conhecimento científico e filosófico sobre religião e diversidade sexual e de gênero. Assim, Sandra Duarte de Souza, Marcelo Natividade e Carlos Lacerda Coelho Júnior propuseram esse dossiê, com a intenção de oferecer um diagnóstico dessas questões e relações na sociedade brasileira atual e das reverberações do cenário internacional no país no que tange os nexos entre sexualidade, gênero e instituições religiosas.



O conjunto final de artigos publicados dá conta das movimentações e agitações para a mudança, das soluções criativas e dos movimentos emergentes e suas institucionalizações (Cecilia MARIZ, 2013), das forças para a permanência assim como das negociações e ambivalências implicadas na construção social dos tradicionalismos religiosos. O pluralismo religioso comparece ao debate uma vez que a publicação não tematiza apenas vertentes dos cristianismos universais e locais. Um artigo apresenta novidades no campo das religiões espíritas, pouco abordadas nesses estudos.

Assim, é com satisfação que reunimos no volume trabalhos que colaboram para elucidar avanços e retrocessos nos direitos dos coletivos LGBTI+ na sua relação com as respostas das instituições religiosas, sejam elas de abertura, sejam de novas ondas conservadoras com suas posições de exclusão e reforço das intolerâncias e extremismos culturais e religiosos. Por outro lado, são abordadas as soluções intermediárias e as pressões para a abertura de fissuras e erosões nos sistemas ideológicos hegemônicos e suas moralidades intransigentes sobre a diversidade sexual e de gênero, embora seja notável a lacuna de análises mais específicas sobre o tema dos direitos reprodutivos, incluindo o direito ao aborto. Com efeito, a leitura dos textos evidencia que foi exitosa a tarefa e os trabalhos publicados, abrindo linhas de reflexão originais, incluindo reflexões mais teóricas, filosóficas e epistemológicas, outras, apontando aspectos mais éticos e etnográficos sobre a vida cotidiana nas congregações.

O dossiê está dividido em três sessões, reunindo 07 artigos. Eles ajudam a entender os modos plurais como as temáticas foram refletidas nas décadas em questão, salientando os vínculos entre religião e sociedade. Sem mais, passamos à apresentação dos trabalhos publicados.

Abrindo o dossiê, Luísa Arraes, em *“Minha fé é política”: perspectivas decoloniais sobre o movimento cristão sexo-gênero dissidente no contexto brasileiro* problematiza, a partir de uma ótica decolonial, a importância do movimento cristão sexo-dissidente e sua atuação na



construção de tensionamentos e resistência ao projeto colonial religioso vigente no Ocidente, que edifica seus processos de dominação através da manutenção dos diversos binarismos, legitimando referenciais eurocêntricos de humanidade e civilização. Além do mais, ela destaca a relevância de uma consciência decolonial por parte dos novos segmentos religiosos inclusivos e o papel que devem desempenhar em desestabilizar saberes religiosos hegemônicos como uma forma de obtenção de uma transformação mais efetiva do tecido social. O artigo em questão traz uma colaboração única e original ao colocar no centro da discussão o papel subversivo das igrejas dissidentes, no sentido de abordar os tradicionalismos religiosos na sua dimensão colonial e salientar a necessidade ética de descolonizar como ato cristão contemporâneo, uma espécie de sinal dos tempos que liga cristianismo e Direitos Humanos.

A partir de uma metodologia Junguiana, Clarissa de Franco em *Inspirações das “mulheres de lesbos”: a imaginação encarnada na defesa de direitos humanos de mulheres lésbicas nos círculos*, analisa a construção de um ambiente de acolhimento e visibilidade entre mulheres lésbicas nos Círculos Sagrados de Mulheres, destacando a ainda presente estigmatização dentro do próprio circuito Wicca, sobretudo a partir de determinados essencialismos e naturalizações que reforçam dicotomias de gênero, colocando à margem corpos lésbicos e transexuais. Além do mais, apesar do reforço e prevalência de binarismos de gênero, a autora aponta a gradativa abertura dos Círculos Sagrados às pessoas LGBTI+ e a formação de pequenos nichos de representatividades nesses espaços por meio da organização coletiva desses atores e atrizes. As transformações decorrem, portanto, de uma tomada de consciência e do próprio tensionamento que o empoderamento acaba mobilizando dentro desses circuitos de espiritualidade da magia Wicca. Esse texto e o próximo, extrapolam o campo das hegemonias religiosas para abordar formas de religiosidades minoritárias, mas representativas do pluralismo religioso do mundo contemporâneo.

Seguindo a trilha, o artigo de Emerson Rossi introduz novidade ao propor a pergunta instigante: “O romance mediúnico (espírita e espiritualista é sempre heterossexual?)”. Partindo de fontes historiográficas e etnográficas originais, consolidadas sob a forma de literatura doutrinária



específica sobre a “homossexualidade”, aprofunda o conhecimento sobre os modos como os tradicionalismos dessa corrente religiosa elaboram questões da sociedade. No caso de suas descobertas, transparece a lacuna do tema dos direitos sexuais e da homoafetividade das obras clássicas e doutrinárias dos autores mais conhecidos e consumidos como grandes autores do espiritismo e do espiritualismo, apesar das referências ao conhecimento sobre corpo, doutrina e pessoa. A diversidade sexual é silenciada e tratada, em raras menções, nos termos da marginalidade, reproduzindo as hegemonias religiosas e uma certa homofobia predominante na sociedade brasileira, desconstruída a passos lentos após a criminalização da homofobia na atualidade. Apesar disso, os dois romances escolhidos pelo autor apresentam alinhamentos a uma dada concepção de legitimidade da diversidade sexual, ainda que embebidas em contradições típicas da moral doutrinária: a homossexualidade pode ser retratada, em alguns dos dilemas, como triste, solitária e implicada em sucessivas experiências traumáticas e desoladoras. Mas, essas provas existenciais operariam elevações no plano da espiritualidade? Segundo o autor, apesar de um claro investimento ético no tema da aceitação por essa literatura recente, os limites estão impostos: perpassam a narrativa, a patologização e a concepção de inversão sexual, aderindo, nos termos foucaultianos, a explosão discursiva da modernidade sobre sexo mas demarcando as sexualidades dissidentes no mundo das experiências de vida e identidade subalternas, infelizes e problemáticas, portanto, não benditas. Na leitura de Rossi, percebemos que tais formas de narrar estão longe de propor as políticas de aparecimento reivindicadas pelos movimentos (Judith BUTLER, 2015) para garantir mais direitos e cidadania às populações LGBTI+.

Fernando Buttignol e João Teixeira de Godoy argumentam, em *As reformas bergogliana: entre mudar para permanecer e permanecer para mudar*, como a Igreja Católica Romana tem se adaptado às transformações morais da contemporaneidade, sobretudo com as conquistas no campo dos direitos e cidadania pelas mulheres, pessoas negras e LGBTI+, analisando a percepção de alguns analistas e estudiosos da Igreja Romana. O ponto central da discussão está no Pontificado do então Papa Francisco, liderança que tem suavizado o discurso acerca

da comunidade LGBTI+, com ideias de acolhimento e de combate às violências e discriminação, sem abrir mão do arcabouço milenar católico centrado na noção de natureza humana fixa e na sacralidade das relações conjugais heterossexuais. Francisco torna-se, portanto, peça chave para a compreensão de como as múltiplas facetas do próprio catolicismo têm entrado em diálogo e até mesmo em choque com as transformações das sociedades contemporâneas e quais as consequências possíveis desse processo.

Os artigos seguintes promovem uma guinada temática, uma vez que são concernentes a um segmento religioso específico, os movimentos emergentes das igrejas inclusivas ou igrejas LGBTI+, como corrente dissidente das doutrinas LGBTIfóbicas dominantes no cristianismo, numa perspectiva histórica de longa duração. O interessante é que os estudos atuais, diferente daqueles iniciados nos anos 2000 (Marcelo NATIVIDADE, 2019), mostram um cenário delimitado, um campo religioso institucionalizado, como igrejas e congregações espalhadas por quase todo o país e denominações já conhecidas das grandes mídias e com participação na vida pública. Os artigos apresentam informações cruciais ao entendimento dos processos históricos que viabilizaram as relações mais estreitas entre coletivos LGBTI+ e instituições religiosas, colocando como um problema desses movimentos a questão da liberdade religiosa e discutindo as intolerâncias nos termos da homofobia religiosa (Marcelo NATIVIDADE e Leandro OLIVEIRA, 2013), ora mais explícita, ora mais cordiais: às vezes, acolher para transformar. Os artigos publicados, contudo, apresentam mais as contribuições à luta contra os fundamentalismos e apresentam algumas contradições.

Adentrando esse universo, Tainah Dias em *“O Senhor é meu pastor e Ele sabe que sou gay”*: contextualizando o surgimento de alternativas religiosas LGBTI+ e das Igrejas da Comunidade Metropolitanas (ICMs) apresenta o processo de formação da primeira Igreja da Comunidade Metropolitana nos Estados Unidos, fundada pelo reverendo Troy Perry, em 1968, pontuando o momento histórico de ebulições sociais e políticas enquanto pano de fundo para o surgimento do movimento cristão inclusivo. Para além desse resgate histórico, ela analisa as remodelações e releituras bíblicas adotadas por Perry em um período histórico marcado



por processos de patologização e demonização das sexualidades dissidentes da norma hegemônica. A construção de uma teologia atravessada pela valorização e preocupação com a singularidade da própria pessoa e pelo caráter essencialista da orientação sexual e da identidade de gênero, sendo elas naturezas divinas, é a marca central desse ativismo político-religioso fundado pelo reverendo Perry. Essa interpretação dos fatos da vida sexual e bíblicos contribuiu positivamente para a elaboração da legitimidade de identidades sexuais e de gênero de pessoas LGBTI+ enquanto sujeitos religiosos. O que o reverendo e ativista não imaginava era que suas reflexões filosóficas e teológicas alcançariam perspectivas globais e se estabeleceriam nos quatro cantos do planeta, com congregações inclusivas ou LGBTI+ em todos os continentes, apesar das plurais formas de pensar e atuar, inclusive naqueles países em que a homossexualidade ou a diversidade sexual são ou já foram criminalizadas, em alguns lugares até mesmo com o estabelecimento de pena de morte. O ativismo em questão se transnacionalizou e pulverizou em congregações, comunidades e estilos muito diferentes, a depender do contexto e das pessoas e trajetórias nessa cena, como bem mostram os artigos do dossiê que tematizam as práticas, valores e discursos de tais alternativas religiosas.

Dando continuidade ao debate, a cientista da religião Ana Ester Freire, em *Gênesis da inclusão: narrativas sobre a fundação das Metropolitan Community Churches*, também apresenta análise dos processos de fundação da primeira igreja cristã inclusiva, tomando como ponto de partida o vídeo-documentário produzido em 2012 pelo reverendo Perry em que são apresentados seus dilemas pessoais e os processos de rupturas e continuidades, fidelidade e subversão vividos pelo grupo religioso em um período de grandes transformações sociais que marcaram a década de 1960, abrindo espaço para a emergência de igrejas comprometidas com o acolhimento de pessoas cujos corpos e vivências afetivas divergiam dos padrões heteronormativos. Tendo como objetivo central a apresentação das memórias do reverendo em busca de uma “gênese” do movimento de inclusão no mundo, a autora conclui que um dos caminhos para a compreensão desse marco de origem está na convicção e ousadia de Troy Perry ao desafiar o status quo religioso assim

como a sociedade de modo geral de sua época, colocando-se enquanto homossexual e cristão em tempos cujo dispositivo da homossexualidade estava explicitamente atrelado à tríade crime-doença-pecado. A construção de uma identidade homossexual e cristã impulsionada pelo religioso sedimentou o caminho da inclusão no cristianismo contemporâneo.

O último artigo, da autoria de André Musskopf, aproxima a emergência dos grupos cristãos inclusivos e a luta pelos direitos da comunidade LGBTI+, ressaltando os nexos entre igrejas inclusivas e transformações e tensionamentos políticos, sociais e econômicos ocorridos na segunda metade do século XX. Através de sua argumentação, é possível apreender que não há como analisar de forma separada e estanque a luta pelos direitos da comunidade LGBTI+ e as expressões de um fazer religioso diverso e plural no quesito eclesial e teológico que dialoga com as questões de gênero e sexualidade. O caráter diverso do fenômeno cristão inclusivo, cujas expressões podem dialogar diretamente ou não com os movimentos LGBTI+, deve ser compreendido em sua conjuntura social e política. Ademais, a simples existência de grupos cristãos inclusivos, sejam eles mais “progressistas” ou não, por si só, constitui-se enquanto resistência à hegemonia religiosa e ao fundamentalismo cristão. A análise do autor é instigante e categórica da complexidade do fenômeno e da necessidade de escapar do senso comum totalizante ao examinar e etnografar tais religiões em movimento, afinal de contas nenhuma tradição cultural e religiosa é fixa e impermeável às questões da sociedade de seu tempo. Assim se fazem as dinâmicas dos movimentos religiosos emergentes e suas posteriores institucionalizações: dos deslocamentos, passando pelas acomodações, insurgência, rupturas e diálogos seletivos ou as tais passagens. São infinitos os avanços, recuos, conversões e reconversões. Os tenso equilíbrios entre mudar e permanecer constituem a matéria e substância desse dossiê, duas décadas depois do surgimento e implantação de um movimento institucionalizado de iniciativas e igrejas inclusivas ou com discursos de abertura e inclusão.